

## “APAGÃO ELEITORAL” PRESSIONA E GREVE POR TEMPO INDETERMINADO COMEÇA DIA 08 DE AGOSTO

*Servidores avaliam que mobilização precisa ser retomada com mais força e em nível nacional para superar intransigência do governo Dilma*

**H**avia quase 10 anos que o TRE não se mobilizava como aconteceu entre 28 de junho e 05 de julho. O “apagão” fez pressão sem precedentes sobre partidos e políticos e ameaçou a inscrição de candidatos na maior capital do país. A categoria deu o seu recado aos tribunais, parlamentares e governo Dilma: “Sem negociação, não vai haver eleição”.

Foi um passo importante. O seguinte é a greve por tempo indeterminado, que começa dia 08 de agosto. Essa foi a decisão da assembleia estadual, em frente ao TRE-SP, na quarta-feira (11). Os servidores avaliam que é necessário construir a mobilização com mais força e em nível nacional para superar a intransigência do governo Dilma e aprovar o PCS.

Também foi aprovada a realização de atos semanais, toda quinta-feira, 14h, em frente ao TRE. Além disso, serão realizadas assembleias setoriais para debater a retomada da greve. Desde já, cada servidor deve ajudar a organizar o seu local de trabalho para participar da mobilização.

A mobilização pelo reajuste teve um importante momento nos cinco primeiros dias de julho, período de inscrição dos candidatos ao pleito de outubro. Os servidores, em especial do TRE, mostraram a sua força. O período também foi importante porque foi construída a unidade com os outros setores do funcionalismo, que estão em greve.

Entretanto, mesmo a forte paralisação que houve no TRE-SP e TSE, além de outros eleitorais do país, não foram suficientes para forçar o governo a negociar. Por isso, “vamos usar o mês de julho para fazer o trabalho de construção da greve, não só em São Paulo, mas em nível nacional, e retomar com força em agosto”, defendeu Ana Luiza Figueiredo Gomes, diretora licenciada da Fenajufe.

### Papel da Fenajufe

Construir a mobilização em São Paulo é imprescindível. Mas esse trabalho precisa estar casado com todo o país, para que o governo e os tribunais sintam o peso da greve da categoria.

Esse é um dos papéis da federação nacional, a Fenajufe. A assembleia aprovou que o Sintrajud cobre a realização de uma Reunião Ampliada da Fenajufe ainda este mês, para que seja definido um calendário nacional de luta. “Essa é uma instância da categoria que ajuda a organizar o debate sobre a greve em todo o país”, explicou Tarcísio Ferreira, diretor do Sintrajud, lembrando que desta instância também participam ati-



05/07/2012 - Servidores promovem o maior apagão eleitoral da história do Judiciário Federal

vistas da base dos sindicatos.

### Pressão sobre o STF e TSE

Na assembleia, a categoria debateu a inércia e omissão da cúpula dos tribunais superiores, sobretudo dos ministros do STF Ayres Britto e Cármen Lúcia, presidente do Supremo e do TSE, respectivamente.

A postura adotada por eles até agora transforma o Poder Judiciário em mero expectador. Tal postura mostra que a cúpula do Judiciário está sem autoridade, o que faz repousar sobre a categoria toda a responsabilidade pela busca de solução pelo congelamento de salários e desrespeito à autonomia e independência do Poder Judiciário.

A greve que começa dia 08 de agosto tem como uma das tarefas pressionar a cúpula dos tribunais a assumir a sua responsabilidade, exigindo respeito e autonomia financeira, como garante a Constituição Federal.

Nas conversas que teve com dirigentes sindicais, Ayres Britto dizia que esperava três sinalizações do Executivo para a aprovação do PCS: que o ministério do Planejamento aceitasse os pré-limites orçamentários enviados pelos tribunais superiores; a aprovação do PL6613/09 na CFT e o fechamento de uma negociação até 17 de julho.

“Nenhuma das expectativas do ministro Ayres está se confirmando”, ressaltou Adilson Rodrigues, diretor do Sintrajud, que completou dizendo que a mobilização da categoria “exige

do STF medidas concretas pelo PCS”.

### Calendário eleitoral

O “Apagão Eleitoral” exerceu uma pressão sobre o registro de candidaturas, mas foi apenas uma primeira etapa, a luta só começou. A partir de agora, a categoria tem grandes possibilidades de incidir e pressionar sobre várias outras fases da preparação das eleições, que passam pela instalação e carga dos programas nas urnas, julgamento dos processos de cada uma das candidaturas inscritas, alimentação dos sistemas de dados e também sobre a própria eleição em si. Mesmo após as eleições, se fosse o caso, há a fase de prestação de contas pelos candidatos, que devem ser julgadas antes da diplomação dos eleitos.



**Dilma repete FHC e quer trocar 'fator' por idade mínima para aposentadoria - pag 5**

**Sob protesto e receio de servidores, novo fórum da JT de São Bernardo do Campo é inaugurado - pag 6**

**Leia mais na pag. 2.**

## Dilma congela salários dos servidores públicos e beneficia banqueiros e empresários

Nos últimos três anos, Lula e Dilma transferiram dos cofres públicos aos empresários, por meio do BNDES, quase R\$ 30 bilhões, e o valor vai aumentar

Enquanto mantém a política de reajuste ZERO ao conjunto do funcionalismo, o governo Dilma entrega bilhões de reais a banqueiros e empresários. Essas transferências foram intensificadas a partir de 2008, com a crise econômica mundial.

Nos últimos três anos, os subsídios do Tesouro ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) foram de R\$ 28 bilhões. Calculado pelo próprio governo, o valor foi divulgado pelo Tribunal de Contas da União no final de maio.

O Tesouro capta esses recursos no mercado, pagando em média juros de 12,83%, mas só recebe 6% (Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP) ao ano dos créditos fornecidos pelo BNDES. O que gera um alto custo, pois a taxa de juros que o Tesouro paga para se endividar é muito maior do que a taxa cobrada pelo banco estatal das empresas.

Não é para menos que a dívida pública federal cresceu 2,2% só em maio, atingindo R\$ 1,92 trilhão ante R\$ 1,88 trilhão registrado em abril. Anualmente o governo gasta, em média, 45% de toda sua arrecadação com o serviço da dívida pública (que engloba as dívidas interna e externa) e separa 3,1% do PIB como superávit primário, para pagar os títulos dessa dívida, cujos detentores são os grandes especuladores mundiais.

### Desoneração da folha de pagamento

Além de fornecer dinheiro público mais barato aos empresários e pagar religiosamente a dívida pública, o governo Dilma tem adotado medidas que desoneraram a folha de pagamento de alguns setores industriais e de serviço.

Incluída no Plano Brasil Maior essa desoneração está

## “desfinanciarização da previdência pode ser acentuada”

reduzindo a arrecadação previdenciária de forma considerável. Entre janeiro e abril deste ano, nos setores beneficiados pelo Plano, a arrecadação à Previdência sofreu uma queda nominal de 12% em relação ao mesmo período de 2011. A “solução” de Dilma é fazer mais uma reforma da previdência aos trabalhadores da iniciativa privada, instituindo a fórmula 85/95.

Em agosto do ano passado, Dilma alterou a base de contribuição patronal à previdência de três setores que passaram a contribuir com alíquotas de sobre o faturamento bruto: 1,5% no caso das confecções e calçados, e 2,5% para serviços de informática e call center. E a desfinanciarização da previdência pode ser acentuada, já que a partir de julho essa alíquota diminuirá entre 0,5 e 1 ponto percentual para esses setores.

### Gastos do Brasil no Haiti

Outro gasto que atinge valores nada justificáveis serve para manter as tropas brasileiras no Haiti, que completou oito anos no dia 1º de junho: o Brasil já gastou quase R\$ 2 bilhões na ilha caribenha. Esses “investimentos” são maiores do que os realizados em Segurança Pública dentro do país. Os gastos iniciais estavam previstos em R\$ 150 milhões. E o pior, nem uma escola foi construída no país.

Esses dados mostram quais são as prioridades do governo Dilma. Eles mostram também qual é o tamanho do desafio dos servidores públicos nessa greve que está sendo construída em diversos segmentos do funcionalismo. Por trás da reivindicação salarial está a reivindicação da valorização do papel do Estado dentro da sociedade. Esta exigência de que o Estado garanta saúde, educação, moradia aos trabalhadores. O desafio não é pequeno!

## Dilma não negocia e servidores vão ‘marchar’ e acampar em Brasília

Setores do funcionalismo em greve ou em mobilização preparam nova marcha a Brasília para 18 de julho; Judiciário e MPU vão participar

Os servidores públicos federais irão intensificar a pressão sobre o governo a partir do dia 16 de julho, em Brasília. Setores em greve ou em mobilização programaram uma marcha unificada para 18 de julho e a instalação de acampamento na Esplanada dos Ministérios, entre os dias 16 a 20. No dia 20, fazem uma plenária nacional para avaliar o movimento, que já se estende por mais de 20 setores dos serviços públicos federais.

É uma resposta dos servidores ao governo, que não negocia com a categoria. O novo calendário foi definido na reunião do Fórum Nacional das Entidades do funcionalismo, realizada no dia 26 de junho, na sede do Andes-SN, sindicato responsável pela greve dos professores universitários, considerada a mais forte paralisação do funcionalismo em curso.

O fórum decidiu buscar apoio na sociedade civil – seriam procuradas a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), ABI (Associação Brasileira de Imprensa) e CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil). Também serão pedidos estudos detalhados da MP 568/2012 ao Dieese e Diap; e elaborada carta a deputados e senadores da Comissão Mista do Orçamento. Noutra frente de atuação, vão pressionar os ministros Miriam Belchior (Planejamento) e Gilberto Carvalho (Casa Civil) a abrir negociações. “Não tem nenhuma sinalização do governo até agora [de negociar], nem na educação”, informa o servidor do IBGE Paulo Barela, da



CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular). “O governo está acumulando desgaste com isso”, diz, avaliando que o movimento tem fôlego para crescer.

### Contra o corte de ponto

Os servidores pretendem pressionar o governo a recuar de sua decisão de cortar o ponto das categorias em greve. Prometem fazer um grande ato no Palácio do Planalto em repúdio às declarações de Sérgio Mendonça, secretário de Relações do Trabalho do Planejamento e responsável pela mesa nacional de negociação. Ele determinou, na sexta-feira (6), que todos os gestores de recursos humanos do governo federal encaminhem o corte de ponto. Para as entidades, o governo tenta sem sucesso intimidar os servidores a recuar do legítimo exercício do direito de greve. A resposta, afirmam, será

mais mobilizações.

Estão em greve ou mobilizadas, dentre outros, os seguintes segmentos dos serviços públicos: professores e técnicos das universidades federais e institutos federais; servidores da saúde federal, do IBGE, da Receita Federal, do Judiciário (apagão eleitoral), Incra, Funai, Polícia Rodoviária Federal, funcionários dos hospitais universitários, Instituto de Patrimônio Histórico (Iphan), Itamaraty.

### Aprovação MP 568/12

Na tentativa de esvaziar a marcha nacional, o governo aprovou na quarta-feira (4) a MP 568/12 que tinha o mesmo teor do PL 2203/11.

Com as mudanças feitas pelo relator, o comando de greve o Andes/SN está avaliando o rumo da mobilização dos professores universitários.

## Contribua com o Fundo de Greve

Estamos entrando em mais um momento de mobilização. O Sintrajud desde já chama a categoria a contribuir com o Fundo de Greve, para poder garantir todas as atividades que uma campanha como essa exige.

Além solicitar a doação dos 60% do Imposto Sindical, o Sintrajud chama a categoria a contribuir com o Fundo de Greve.

Os depósitos podem ser feitos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal



BB nº 001  
Conta Poupança  
Agência 1894-5  
Nº da conta-DV 535.500-1  
Variação 51



CEF nº 104  
Agência 1004  
Operação 22  
Nº da Conta – DV 49-9

# Vuvuzelas e panelaço marcam os dias de greve e o 'apagão eleitoral', no registro de candidaturas

*Pela aprovação do PCS-4, servidores prometem retomar a luta com mais pressão e alertam "isso foi só o começo, pois sem negociação não vai haver eleição neste país".*

Joca Duarte



04/07/12 - Servidores fazem panelaço na 1ª Zona Eleitoral

Joca Duarte



Servidores do TSE param nos dias 04 e 05 de julho

Arquivo dos servidores



05/07/12 - Policiamento ostensivo na 1ª Zona Eleitoral



05/07/12 - Servidores lavam porta da 1ª ZE



05/07/12 - Ato do funcionalismo na 1ª ZE



05/07/12 - Policiamento ostensivo na 1ª Zona Eleitoral

Entre os dias 28 de junho e 05 de julho, os servidores, em especial da Justiça Eleitoral realizaram o maior 'apagão eleitoral' da história do Judiciário Federal.

Os exatos oito dias de greve por tempo indeterminado impulsionou uma paralisação que há anos não se via na Justiça Eleitoral.

Muitos setores estratégicos às eleições cruzaram os braços, como aconteceu no setor de informática responsável pelo suporte dos programas e cartórios eleitorais e o Núcleo de Apoio aos Candidatos (NACAN).

## Atraso no calendário eleitoral

Com a greve por tempo indeterminado deflagrado desde o dia 28 de junho, os servidores em greve atrasaram o início do registro das candidaturas, que deveria começar segundo o calendário divulgado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no dia 1ª de julho. Em São Paulo a forte paralisação e mobilização em frente ao cartório da 1ª Zona Eleitoral, atrasou o calendário do TRE para o dia 03 de julho.

## Desrespeito

Numa tentativa sem sucesso em esvaziar o movimento paredista instalado na porta da 1ª ZE, o presidente do TRE, desembargador Alceu

Navarro, fixou um aviso na porta do prédio informando que o registro das candidaturas não seria mais no cartório e sim no prédio sede do TRE.

Mas a 'manobra' da administração foi frustrada, e os grevistas irritados com a tentativa do TRE em criar contrainformações para dispersar o movimento, teve como resposta a intensificação da paralisação e mobilização com vuvuzelas, apitos e panelaço em frente ao cartório eleitoral.

## Militarização

Para intimidar e tentar conter a mobilização em frente ao prédio sede do TRE a administração se valeu de um policiamento ostensivo em todas as portas

de entradas (Miquelina e Brigadeiro), e na 1ª ZE.

Para os grevistas a "administração quis impor uma demonstração de força desnecessária". Mesmo com o contingente de policiais militares a postos durante o dia e a noite, a postura autoritária de Navarro em criminalizar o movimento não intimidou os servidores da Justiça Eleitoral, que aderiram à paralisação construindo uma das maiores greves da Justiça Eleitoral nos últimos anos.

## Paralisação no TSE e TRE's

Os servidores do Tribunal Superior Eleitoral paralisaram os trabalhos nos dias 04 e 05 de ju-

lho. Vários chefes de setores também aderiram ao movimento. Segundo informações do comando de greve de Brasília a adesão passou dos 50%, interrompendo vários trabalhos do calendário eleitoral. O 'apagão' realizado pelos servidores de 18 estados e do Distrito Federal atingiu quase 80% do colégio eleitoral do país.

## A luta continua

Barrar o registro das candidaturas foi apenas uma das primeiras tarefas da categoria, que luta contra o congelamento salarial e pela aprovação imediata do PCS-4. Para o comando de greve "a pressão sobre o Poder Judiciário está apenas começando".

FALA SERVIDOR

## Sobre o Apagão no Eleitoral, veja opinião dos servidores:



"Este momento em que os colegas da JE participaram da greve foi importante para alinhar a consciência da classe. Pelo menos até aqui esse passo foi dado. Sobre o policiamento ostensivo para gente significou apenas uma demonstração de força que acabou não dando em nada, teve a intimidação inicial, mas não chegou a atrapalhar".

**Ana Cássia Passarelli - TRE**



"A participação dos servidores do TRE-SP foi grande, todo mundo se mobilizou e os próprios funcionários fizeram arrastão no prédio e venceram os outros. Este movimento foi muito importante para a nossa participação".

**Rosana Moreira - TRE**

"Como se não bastasse esse 'coronelismo' que está por trás do reajuste zero, estamos lutando também pela



não criminalização da greve e pela não legalização do congelamento salarial".

**Rodrigo Carneiro O. Tietzman - JT/SP.**



"Os colegas da Justiça Eleitoral há muitos anos não paralisavam e agora estão mostrando a cara. Precisamos recarregar as baterias e enquanto não vier à reposição não podemos

simplesmente abandonar o barco e dizer que está tudo bem".

**Fernanda Marques Rosa - TRF-3**



"Embora os colegas da JE sejam os protagonistas desta greve a adesão dos servidores da Federal e da Trabalhista é superimportante. Esse é o momento da gente tentar atingir o governo como as eleições para garantir o nosso reajuste que está congelado há mais de seis anos".

**Elaine Shimada - JE/Araraquara.**

# Categoria apresenta pauta de reivindicações a presidente do TRE-SP

*Servidores cobram apoio ao PCS, revogação do corte de ponto dos grevistas e nenhuma perseguição aos servidores que aderiram ao "Apagão Eleitoral"*

“O recado foi dado. Eles estão sabendo que vai haver mais paralisações, caso o PCS não seja aprovado”. Essa foi a avaliação dos servidores ao sair da reunião com o presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), desembargador Alceu Navarro Penteadado. Realizada na sexta-feira (13), essa foi a primeira audiência entre o responsável pelo maior tribunal eleitoral do país desde a sua posse e representantes da categoria, e aconteceu uma semana após o “Apagão Eleitoral”.

Representada por Adilson Rodrigues e Maurício Rezzani (diretores do Sintrajud) e pelos servidores da eleitoral Eliana Alcazar e José Geral Hallmeister, a categoria cobrou do desembargador apoio ao PL 6613/09. Sugerindo que ele divulgasse uma nota pública em defesa do reajuste salarial da categoria e levasse ao conhecimento do presidente da Câmara Federal e os parlamentares da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), onde o projeto está parado desde 2010, a insatisfação da categoria, cobrando agilidade na aprovação do projeto.

Navarro afirmou apoiar o pleito, reconhecendo a situação da categoria, mas se limitou a dizer que levará a reivindicação à presidência do Tribunal Superior Eleitoral: “De minha parte, vou fazer os maiores esforços para convencer a ministra Cármen Lúcia, mas não sei se isso vai comovê-la”. Seu juiz auxiliar, Marco Antô-

nio, também na reunião, aventou a possibilidade dessa pressão ser feita pelo colégio de presidentes dos eleitorais: “Seria interessante”, disse.

A postura adotada pela presidente do TSE foi criticada pelos servidores na reunião. “As iniciativas da ministra Cármen ainda são insuficientes e estão pouco casadas com as do ministro Ayres”, disse Adilson Rodrigues, destacando que mesmo as iniciativas do presidente do Supremo têm se mostrado pouco efetivas. Ele lembrou que em outras campanhas, o presidente do TSE assumiu o papel de negociador, “o que permitiu a superação dos impasses da época”.

## Corte de ponto e medidas contra a greve

Os servidores afirmaram ao desembargador, que a campanha pelo PCS é uma maneira que a categoria encontrou para superar o desrespeito à revisão anual dos salários. Essa campanha, além disso, exige respeito à autonomia financeira e orçamentária assegurada ao Poder Judiciário. Se não houver o reajuste da categoria “o Poder Judiciário vai ser derrotado, e quem pagará o preço seremos nós”, disse Adilson.

Por isso, foi solicitado ao presidente do TRE que ele revise a postura de aplicar a portaria 169, que em seu artigo 8º trata das ausências decorrentes de greve como falta comum.

Para o Sintrajud não se pode fa-



13/07/12 - Audiência com presidente do TRE-SP - Alceu Navarro

lar em faltas injustificadas, nem ser dado tratamento individual, como vem ocorrendo. “Deve-se garantir-se abertura de negociação coletiva com a entidade de classe, ao final da campanha salarial, suspendendo-se qualquer cobrança individual de compensação /ou ameaça de desconto nos salários dos servidores”, reivindica Adilson.

Os servidores ainda reivindicaram que na convocação para a realização de horas-extras, não haja diferenciação entre aqueles que fizeram greve, ou não. No mesmo sentido, que seja declarada sem efeito a Linha Direta da presidência que ameaçou retirar as FCs e CJs casos os detentores destas aderissem à greve.

Além disso, os servidores cobraram livre acesso, em qualquer horário, de todos os diretores do Sintrajud em todos os locais do TRE e Cartórios Eleitorais. Outra reivindicação foi a equiparação dos chefes

de cartório do interior com os da capital.

Em resposta aos pleitos apresentados, o desembargador disse que irá estudar. “Não tenho condições de dar uma resposta neste momento”, disse. Sobre a anulação da Linha Direta Navarro se mostrou menos disposto a negociar, pois, segundo afirmou, no “Apagão Eleitoral” vários chefes de cartório ameaçaram fechar as portas, impedindo a inscrição de candidatos.

Ao desembargador, Adilson destacou a ilegalidade de tal medida, afirmando que a categoria já passou por situações semelhantes. Ele lembrou que em 2000, na campanha pelo reconhecimento dos 11,98%, a 15 dias das eleições, o TRE-SP teve as suas portas literalmente fechadas pelos servidores. Medida que se espalhou pelo país fazendo o STF julgar a mesma matéria em 10 dias revendo sua posição inicial.

## Sintrajud vai ao CJF exigir mais verbas ao plano de saúde do TRF-3 e da JF

*Os trabalhadores do TRF-3 e da Justiça Federal precisam ficar atentos para evitar mais perdas no novo Plano de Saúde.*

Na próxima terça-feira (17) o Sintrajud terá audiência com o ministro do Conselho da Justiça Federal, Ari Pargendler, em seu gabinete. Na oportunidade, será entregue o abaixo assinado que foi distribuído pela entidade nos setores do TRF-3 e da Justiça Federal. O documento exige que o CJF faça constar no orçamento de 2012 o reajustamento das verbas para a AMOS com base na inflação acumulada desde 2004 até a presente data.

Além do reajuste os trabalhadores do TRF-3 e da Justiça Federal pedem a equiparação do valor pago ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), hoje em R\$ 360,66.

### Abaixo assinado

Ao preencher o abaixo assinado os trabalhadores devem devolvê-



21/07/11 - Servidores decidiram cruzar os braços contra o aumento do plano de saúde

-lo a direção do Sintrajud, diretoria de base, distribuidor do jornal da entidade, ou mesmo por fax (11) 3337-0199 aos cuidados do departamento Jurídico. Lembrando que a coleta do abaixo assinado

será feita até segunda-feira (16).

### Evitar perdas

É de conhecimento da categoria que o valor hoje destinado a AMOS não é suficiente para manter o padrão dos planos atuais. Por isso um

grupo de trabalhadores do TRF-3 e da JF, preocupados com as mudanças que estão sendo analisadas pelo GE da administração para a nova licitação, vem se reunindo para analisar e debater as propostas em construção tentando evitar que perdas maiores ocorram ao novo plano.

### Pesquisa

O grupo de estudo constituído pela administração do TRF-3 elaborou uma pesquisa para saber a opinião da categoria sobre os parâmetros ao novo plano de saúde.

O Sintrajud orienta a toda categoria que respondam a pesquisa, pois as respostas dos trabalhadores será uma forma de manifestação quanto aos pontos que estão sendo discutidos para elaboração do novo plano de saúde. Segundo a administração, as respostas poderão ser enviadas pela intranet.

# Servidores vão cobrar do STF posição sobre notícia de que SOF já desconsidera PCS

*Sem 'acordo', Planejamento estaria outra vez trabalhando com a exclusão da previsão de recursos para o PCS e ferindo a autonomia entre os poderes*

**D**irigentes sindicais vão cobrar do Supremo Tribunal Federal uma posição sobre a notícia de que a Secretaria de Orçamento e Finanças, do Ministério do Planejamento, trabalha com a elaboração de uma proposta orçamentária para 2013 sem a previsão de recursos para os projetos salariais do Judiciário Federal e do MPU.

Por conta da inexistência de um acordo entre o Executivo e o Judici-

ário Federal até o momento acerca dos projetos salariais, a SOF teria optado por de antemão excluir da proposta que está sendo elaborada a parte do pré-limite para o orçamento apresentada pelos tribunais superiores que preveem recursos para o PCS-4. O prazo para o Planejamento remeter a proposta ao Congresso Nacional é 31 de agosto.

Ao agir assim, a Secretaria de Orçamento e Finanças estaria outra vez desrespeitando a autonomia entre os

poderes prevista na Constituição Federal e assinalada em recente parecer do procurador-geral da República, Roberto Gusmão. “Vamos cobrar uma posição, queremos saber se é fato que isto está acontecendo e quais providências o chefe do Judiciário está tomando para evitar mais este desrespeito com a autonomia [entre os poderes]”, afirma Adilson Rodrigues, diretor do Sintrajud-SP.

Diante da falta de avanços nas negociações e da ameaça de o Planeja-

mento outra vez ignorar o orçamento do Judiciário, servidores destacam a necessidade de preparar uma nova etapa na mobilização nacional para reverter este quadro. “Temos o desafio de construir um novo calendário nacional unificado para enfrentar tudo isso”, defende Adilson. A convocação imediata de uma reunião ampliada para os próximos dias, aponta, é inadiável caso a federação nacional (Fenajufe) queira de fato construir este calendário.

## Relator do PLP 549/09 apresenta parecer contrário ao projeto no CCJ

*Categoria precisa estar atenta e mobilizada contra este projeto que impõe mais dez anos de congelamento salarial.*

**N**a última quinta-feira, dia 12 de junho, o deputado federal Anthony Garotinho (PR/RJ) apresentou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara (CCJ) o parecer contrário ao Projeto de Lei Complementar (549/09) de autoria do senador Romero Jucá (PMDB/PR).

O projeto se aprovado determina o congelamento de salário dos servidores públicos por mais dez anos. O PL 549/09 já passou por duas comissões na Câmara dos Deputados, e agora está ‘parado’ na CCJ. O projeto determina que as despesas com pessoal e encargos da União não poderão superar o valor liquidado no ano anterior, corrigido pelo índice oficial de inflação [hoje o IPCA], acrescido de 2,5% ou da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto [PIB], o que for menor.

E também estabelece o limite de despesas com obras, instalações e projetos de construção de novas sedes ou ampliações e reformas da Administração Pública. Tais despesas não poderão exceder a um quarto dos percentuais estabelecidos para despesas com pessoal.

### Inconstitucional

O deputado Anthony Garotinho argumenta em seu relatório a inconstitucionalidade do PLP 549/09, pois segundo o parlamentar o projeto ‘estabelece limites, por meio de iniciativa parlamentar, à gestão administrativa’. “A proposição em tela não trata apenas de matéria financeira. Além de fixar limites à remuneração de agentes políticos e servidores públicos ativos e inativos, também dispõe sobre as consequências para o descumprimento desses limites, vedando a de criação de cargos, funções e empregos na Administração Pública, o provimento de cargos públicos, a contratação de pessoal a qualquer título, e a contratação de horas extras”.

E vai além, “Assim, em face da ilegitimidade da iniciativa parlamentar para dispor em lei sobre matéria administrativa, tais como a remuneração de servidores, criação de cargos e funções, alteração de estrutura de carreiras, provimento de cargos públicos e contratação de horas extras, entendemos a proposição como formalmente inconstitucional”, aponta o

relatório.

O parecer também fala da injuridicidade do PL 549/09, por considerar a propositura desnecessária. “Uma lei desnecessária é uma lei injurídica”, afirma. “Não é, pois, razoável a criação de mais um limite quando já estão disponíveis instrumentos de controle da despesa. O administrador não deve se eximir da tarefa de enfrentar pressões legítimas dos que reivindicam melhorias salariais. O enfrentamento de tais situações é ínsito à tarefa de governar. Ademais, não é pressuposto de uma gestão pública responsável a imposição de comandos legais restritivos, em substituição à atuação discricionária, típica da atividade administrativa”.

### Tramitação

Pelo Regimento Interno da Câmara, se os membros da CCJC seguirem o voto do relator, considerando a matéria inconstitucional, o PLP 549/09 será arquivado. Caso seja aprovado parecer favorável, a matéria seguirá para análise do plenário da Casa.

### PREVIDÊNCIA

## Dilma repete FHC e quer trocar ‘fator’ por idade mínima para aposentadoria

*Governo do PT barganha trocar o fim do fator previdenciário pela idade mínima também no setor privado, algo que FHC fracassou ao tentar aprovar*

**A**presidenta Dilma Rousseff (PT) quer condicionar o fim do fator previdenciário à fixação de idade mínima para aposentadoria também no setor privado. A medida seria espécie de ‘isonomia’ negativa com os servidores públicos, já submetidos a essa barreira para se aposentar. Em 1998, o então presidente Fernando Henrique Cardoso tentou aprová-la para o setor privado, mas não conseguiu. O PT, à época, liderou a votação que derrubou a proposta no Con-

gresso Nacional.

### Manobra criou ‘pedágio’

A rejeição da medida foi a maior vitória do movimento contra a reforma da Previdência de FHC. No ano seguinte, numa manobra para ‘compensar’ a derrota, o governo criou o fator previdenciário por meio de projeto de lei, mais fácil de aprovar. O mecanismo pode comer até mais da metade do valor da aposentadoria do segurado, a depender da combinação da idade, tempo de contribuição e expectati-

va de sobrevida.

### Limite mais rígido

A proposta estabelece como requisitos para a aposentadoria que o trabalhador tenha 60 anos de idade, no caso das mulheres, ou 65, no caso dos homens. Para quem já está no mercado formal, a regra seria a chamada ‘fórmula 85/95’: trata-se da soma do tempo de contribuição com a idade. As mulheres poderiam se aposentar quando a conta chegar a 85 e os homens, a 95. Há, ainda, outra

proposta já ventilada que combateria a ‘fórmula 85/95’ com a idade mínima.

### Jogo de palavras

Ao ressuscitar a ideia da idade mínima que FHC não conseguiu aprovar, o governo Dilma tenta vendê-la como uma coisa ‘boa’ para os trabalhadores. Conta, para isso, com uma base aliada que inclui partidos como o PT, PCdoB, PDT e PSB, legendas que se opuseram à proposta quando sustentada pela gestão do PSDB no Planalto.

# Sob protesto e receio de servidores, novo fórum da JT de São Bernardo do Campo é inaugurado

O alicerce de três andares do subsolo ainda está escorado por barras de ferro. Presidente do TRT-2 afirma que prédio não oferece nenhum perigo

Na tarde de terça-feira (10) o novo fórum da Justiça Trabalhista de São Bernardo do Campo foi inaugurado. Uma inauguração que infelizmente ficou marcada pela insegurança. Dias antes da abertura do prédio, os “problemas” na estrutura ainda não tinham sido resolvidos. A administração afirma que não há perigo e que todo o reforço que está sendo feito está devidamente fundamentado por laudos de engenheiros.

A nova sede possui 13 andares e quatro subsolos. Em três deles, de acordo com informações de servidores do prédio, barras de ferro estão sustentando os alicerces do edifício. “A gente precisa ter certeza de que a situação do prédio está realmente segura”, cobrou o diretor do Sintrajud

Ivo Oliveira Farias na manifestação que o Sintrajud realizou na entrada do novo fórum.

Também participaram da solenidade de inauguração os diretores do Sintrajud Cléber Borges Aguiar e Antonio Carlos Correia.

Em seu discurso, o presidente do TRT da 2ª Região, desembargador Nelson Nazar, disse que todos deveriam comemorar a inauguração do prédio que é, “sobretudo, muito seguro. E estas palavras eu dirijo aos senhores servidores e magistrados. Estamos fazendo um reforço na estrutura do prédio, mas que não coloca o prédio em perigo”, afirmou.

Naturalmente as palavras do desembargador são importantes, mas elas não aliviam o receio dos que vão trabalhar diariamente a partir



Protesto na inauguração

de quarta-feira (11) no prédio, afinal de contas, os alicerces de três andares do edifício ainda estão sustentados por barras de ferro.

Leia mais no site: [www.sintrajud.org.br](http://www.sintrajud.org.br)



Pilastras do subsolo

## ORGANIZAÇÃO

### Núcleo dos Agentes de Segurança se reúne dia 19, às 19h30, no Sintrajud

Os Agentes de Segurança irão discutir a campanha salarial e o processo de negociação, informes do CONAS que ocorreu nos dias 30/06 e 01/07, em Brasília e outros assuntos de interesse do segmento.

A reunião acontece no auditório do Sintrajud, localizado na Rua Antonio de Godoy, 88, 15ª andar, próximo ao metrô São Bento. Todos os Agentes de Segurança estão convidados a comparecer!

### Núcleo dos Oficiais de Justiça se reúne dia 19, às 14h30, no Sintrajud

Na ocasião serão dados os informes atualizados sobre os pleitos específicos dos Ojaf como: aposentadoria especial; porte de arma; atualização da indenização de transportes; isenção de IPI e IPVA para aquisição de carro; estacionamento Livre para OJAFs (Zona Azul); Central de Mandados de Osasco e ABCD; informes do Cojaf, que ocorreu de 30/06 a 01/07/2012, em BSB; Eleição dos Observadores ao CONOJAF - Congresso Nacional dos OJAFs, em Brasília, de 5 a 8 de Setembro de 2012; inserção dos OJAFs na mobilização pelo PCS 4.

A reunião acontece no auditório do Sintrajud, localizado na Rua Antonio de Godoy, 88, 15ª andar, próximo ao metrô São Bento. Todos os Ojaf's estão convidados a comparecer!

## FORMAÇÃO

Próxima palestra do ciclo de debates será “Direito e política” - Gramsci e o debate italiano da década de 50 (intelectuais do antigo PCI - Della Volpe, Cerroni - contra Norberto Bobbio). O palestrante será Vinícius Pinheiro, Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde leciona Filosofia do Direito. Autor de

“Filosofia e direito em Galvano Della Volpe” (Alfaomega: 2010). Membro do Conselho Editorial da Revista Crítica do Direito.

A palestra acontece dia 24/07, de 19h30 às 22h30, no auditório do Sintrajud, localizado na Rua Antonio de Godoy, 88, 15ª andar. Interessados devem entrar em contato com a Secretaria pelo telefone (11) 3222-5833.

## ARTE E INTERATIVIDADE

O departamento Sociocultural organiza várias atividades para o próximo período, dentre eles estão às oficinas de teatro, dança e campeonato de futebol.

**Oficina de teatro “Teatro Brasileiro: da Colônia à Contemporaneidade”**, dia 19, às 20h, no auditório do Sintrajud. A palestrante será Lucia Capuani, mestre em artes pela ECA-USP e docente em História do teatro na Faculdade Paulista de Artes.

**Dança de Salão:** toda segunda-feira, a partir das 20h, traga seu parceiro e venha dançar com a gente.

**Campeonato de Futebol**

Organize seu time por que vem ai mais um campeonato que deve acontecer nos meses de agosto e setembro. Veja algumas regras: R\$ 80,00 para não sindicalizados e R\$ 30,00 para sindicalizados, sendo necessário que metade do time seja sindicalizado. Com relação aos não sindicalizados, fica limitado a três participantes não servidores (estagiários, cedidos, terceirizados). Local ainda será informado.

Para mais informações entrar em contato no departamento Sociocultural pelo telefone (11) 3222-5833.

## EDITAL PARA SELEÇÃO DE ADVOGADO(A)

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo-SINTRAJUD/SP, pelo presente Edital, torna público e comunica a todos os(as) interessados(as) que está realizando processo de seleção para preenchimento de 1(uma) vaga de ADVOGADO(A) para atuar no Departamento Jurídico da entidade sindical, devendo o(a) candidato(a) preencher os requisitos abaixo e atender aos seguintes termos:

1) Ter inscrição junto a OAB/SP e possuir a carteira da OAB/SP devidamente expedida e cumprida as formalidades para atuação jurídica;

2) Experiência na área do Direito Constitucional e Administrativo;

3) Jornada de 20 (vinte) horas semanais com previsão de início das atividades após seleção;

4) Contratação pelo regime celetista e salário inicial nos parâmetros do Sindicato dos Advogados de São Paulo;

5) Os interessados deverão enviar curriculum vitae para o email do Departamento Jurídico do SINTRAJUD/SP: [vagaadv@sintrajud.org.br](mailto:vagaadv@sintrajud.org.br) até o dia 22(vinte e dois) de Julho de 2012, sendo que os mesmos serão analisados e após prévia seleção pelo departamento competente os interes-

sados serão convidados a participarem de prova escrita e entrevista;

6) Após o procedimento de análise da avaliação da prova escrita e entrevista o(a) candidato(a) aprovado será convocado(a) para encaminhamentos de contratação imediata.

São Paulo, 13 de julho de 2012.

Adilson Rodrigues Santos

Inês leal de Castro

Maurício Rezzani

Coordenadores Gerais - SINTRAJUD/SP



**Jornal do Judiciário**



Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

**Diretoria:** Adão Sérgio de Souza, Adilson Rodrigues Santos, Angélica Olivieri, Antonio Carlos, Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), Cleber Borges de Aguiar, Erlon Sampaio, Fausta Camilo de Fernandes, Filipe Joel Gomes Lira, José Carlos Sanches, José Dalmo, Henrique Costa, Inês de Castro, Ivo Oliveira Farias, Leica Silva, Maurício Rezzani, Tarcisio Ferreira

**Sede:** Rua Antonio de Godoy, 88 - 16º and. - São Paulo / SP - CEP 01034-000 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608 - Email: [sintrajud@sintrajud.org.br](mailto:sintrajud@sintrajud.org.br)

**Subsede Baixada Santista:** Rua Proost de Souza, 35 - Santos / SP - CEP 11040-090 - Tel.: (13) 3238-3807 - Email: [sintrajudsantos@uol.com.br](mailto:sintrajudsantos@uol.com.br)

**Subsede Barra Funda:** Rua Joaquim Manoel de Macedo, 297 - s/ 92 - São Paulo / SP - CEP 01136-010 - Tel.: (11) 3392-3728 / 9163-6903 - Email: [subbarrafunda@sintrajud.org.br](mailto:subbarrafunda@sintrajud.org.br)

**Jornalistas:** Carlos Eduardo Batista e Juliana Silva | **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho | **Diagramação:** Roberto Gouveia | **Tiragem:** 13.000 exemplares

